

NÚCLEO ESPECIALIZADO

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Boletim eletrônico



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apresentação

Assuntos em
destaque

Colunas em destaque

- [Direito & Sociedade](#)
- [Jurisprudência](#)
- [Legislativo em Foco](#)
- [Políticas Públicas](#)
- [Panorama Internacional](#)
- [Panorama Nacional](#)
- [Mulheres em Movimento](#)

- [Mulheres em Situação de Rua](#)
- [Opinião](#)
- [_Agenda Cultural](#)
- [Aconteceu](#)

Apresentação

A **65ª Edição** do Boletim Informativo do NUDEM apresenta um balanço geral sobre as ações desenvolvidas e apoiadas pelo NUDEM. Também, por meio do Boletim, pretendemos divulgar as ações e eventos realizados pelo NUDEM. Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto a todas(os) que queiram colaborar.

Editorial

MULHERES GESTANTES EM SITUAÇÃO DE RUA: UM CONJUNTO DE VULNERABILIDADES

Segundo as Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em condição de Vulnerabilidade “Consideram-se em condição de vulnerabilidade aquelas pessoas que, por razão da sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, económicas, étnicas e/ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercitar com plenitude perante o sistema de justiça os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico”.

Partindo desse pressuposto, conseguimos perceber que quando falamos em mulheres falamos em mulheres, falamos em condição de vulnerabilidade, assim como quando falamos em pessoa em situação de rua. Mas quando associamos a condição de mulher, com a condição de gestante, acrescido ainda do fato de estar em situação de rua, não falamos de qualquer vulnerabilidade. Falamos de uma super vulnerabilidade, pois à essas mulheres são negadas todos os direitos. Alguém duvida? Ou será que já paramos para pensar como essas mulheres fazem quando menstruam? Ou como elas cuidam das suas angústias do puerpério? Ou quando são obrigadas a utilizarem os seus corpos para que possam viver seguramente na rua?

Mas mais doloroso ainda se torna quando essas mulheres ainda se encontram gestantes. Não pelas angústias que a maioria das mulheres passam quando do exercício da maternagem (será que conseguirei amamentar? Será que meu filho vai dormir? Será que serei uma boa mãe?), mas pela dura realidade que enfrentam: muitas dessas mulheres sequer verão os seus filhos.

Muitas mulheres em situação de rua, ainda enfrentam o problema da drogadição. E por estes motivos, partem da falsa premissa de que elas são desprovidas de aptidão para a maternagem. Com isso, após o nascimento de seus filhos, avaliam o risco social e na sua grande maioria já afirmam que essas mulheres não possuem condições de ficarem com seus filhos e muitas vezes, nem mesmo com a família extensa dessa mulher.

Enquanto da maioria das mulheres exigimos que essas sejam mães, das mulheres em situação de rua, tiramos esse direito.

A questão da situação de rua ou até mesmo da drogadição não é um problema individual, mas sim um problema social, que necessita de políticas públicas voltadas para todo o conjunto de vulnerabilidades. Enquanto essas políticas não existirem, vivermos dividindo as mulheres em que tem a obrigação de serem mães e aquelas que, mesmo querendo, não possuem “condições” de serem mães.

Ana Paula de O. C. Meirelles Lewin

Defensora Pública

Defensora Colaboradora do NUDEM

[Voltar ao menu](#)

Assuntos em destaque

Direito & Sociedade

Assédio sexual no trabalho é tema de nova cartilha da OIT e do MPT

Publicação inédita traz perguntas e respostas para orientar trabalhadoras(es) e empregadoras(es) sobre o assédio sexual no ambiente de trabalho.

Uma nova cartilha sobre assédio sexual no ambiente de trabalho foi lançada no dia 21 pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Produzida em formato de perguntas e respostas, a publicação traz informações detalhadas sobre como identificar e denunciar o assédio sexual no trabalho, além de explicar as responsabilidades e consequências para trabalhadoras (es) e empregadoras (es) nessas situações.

“Há uma dificuldade entre as vítimas de assédio, gestores de empresas e instituições e dos próprios agressores de entenderem o que significa assédio sexual”, explica a vice Coordenadora da Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho do MPT (Coordigualdade), Sofia Vilela de Moraes e Silva. Segundo ela, a publicação auxiliará tanto nas investigações ministeriais quanto nas denúncias e na divulgação do tema. Também está prevista a produção de seis vídeos que apresentarão o conteúdo da cartilha de forma simples e objetiva, para disseminar seu conteúdo nas redes sociais.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Juiz diz que Fernanda Young tem “reputação elástica”

Afirmção foi feita em processo sobre danos morais; artista diz que ficou "extremamente ofendida"

A escritora, atriz e roteirista Fernanda Young foi alvo de um ataque de cunho sexual escrito por meio de um perfil falso no Instagram em março de 2015. Ofendida por uma pessoa que a chamou, dentre outros termos chulos, de “vadia lésbica”, resolveu entrar com um processo na Justiça pela primeira vez em sua vida com o objetivo maior de revelar a verdadeira identidade do agressor.

Mais de dois anos depois, finalmente, recebeu uma resposta da Justiça. O juiz Christopher Alexander Roisin, da 11ª Vara Cível de São Paulo, concordou que a intenção do administrador pernambucano Hugo Leonardo de Oliveira Correa, de 37 anos, “era a de insultar a autora” e condenou-o ao pagamento de uma indenização de R\$ 5 mil por danos morais.

O valor não tão expressivo, argumentou o juiz, leva em conta “o fato da autora ter artisticamente posado nua, de modo que sua reputação é mais elástica, inclusive porque se sujeitou a publicar fotografia fazendo sinal obsceno, publicou fotografia exibindo os seios e não se limitou a defender-se, afirmando que terceiros seriam “burros”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

1 em cada 3 grávidas em presídios teve que usar algemas no parto, revela estudo

Pesquisa também mostrou atendimento pior para mulheres pobres, pretas ou pardas.

Uma em cada três mulheres grávidas em presídios do país foram obrigadas a **usar algemas** na internação para o parto, e mais da metade teve menos consultas de pré-natal do que o recomendado.

Os dados fazem parte de um estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sobre o perfil da população feminina encarcerada que vive com os filhos em unidades prisionais femininas no país.

O acesso à assistência pré-natal foi inadequado para 36% das mães. Durante o período de hospitalização, 15% afirmaram ter sofrido algum tipo de violência, seja verbal, psicológica ou física. Ainda segundo a pesquisa, 32% das grávidas presas não fizeram teste de sífilis e 4,6% das crianças nasceram com a forma congênita da doença.

De acordo com uma das coordenadoras da pesquisa e integrante da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, Maria do Carmo Leal, as condições da atenção à gestação e ao parto para as mães encarceradas no Sistema Único de Saúde são piores que as dadas às mães que não estão presas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Jurisprudência

Juíza mantém preço diferenciado de ingresso, mas aponta ilegalidade na forma de cobrança

A juíza substituta do CEJUSC/Brasília negou pedido liminar, em tutela de urgência, feito por um consumidor contra a R2 Produções. O autor exigia o direito de pagar o mesmo valor do ingresso feminino, inferior ao valor do ingresso masculino, em evento promovido pela parte ré. A Juíza negou o pedido formulado. Segundo a decisão, não se demonstra o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo que justificasse a urgência alegada pela parte: "não chega a impor que não se possa aguardar a realização da audiência de conciliação e, se for o caso, o contraditório e a instrução processual" (...) "momento em que será possível avaliar planilhas de custos, margem de lucro e demais questões relacionadas à política de preços, de forma a adequá-la à legislação consumerista".

No entanto a magistrada ressaltou que “a diferenciação de preço com base exclusivamente no gênero do consumidor não encontra respaldo no ordenamento jurídico pátrio”. “Em que pese a flagrante ilegalidade da cobrança discriminatória, não é possível estabelecer, em sede de liminar, o valor para cobrança dos ingressos de todos os consumidores”, ponderou a magistrada.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Servidora que deu à luz antes da posse tem direito a licença maternidade

Para juíza, não há lógica discriminar a situação entre servidoras que tomaram posse antes ou depois do nascimento de seus filhos.

Servidora do INSS que deu à luz três dias após ser nomeada para cargo de técnica previdenciária tem direito à licença maternidade. Assim entendeu a 5ª turma do TRF da 3ª região ao conceder o benefício que havia sido negado pelo INSS, sob o argumento de que, no momento da posse, a mulher já não era mais gestante. Para o colegiado, não há lógica discriminar a situação entre servidoras que tomaram posse antes ou depois do nascimento de seus filhos.

Licença negada

A servidora prestou concurso em 2004 e foi nomeada em 2007, mas, três dias depois da nomeação, entrou em trabalho de parto e deu à luz antes de tomar posse. Como consequência, o INSS negou a ela o direito à licença maternidade argumentando que, quando tomou posse, ela já não era mais gestante.

A servidora ingressou então com um mandado de segurança pleiteando o reconhecimento do benefício, que foi concedido a partir da data do nascimento de seu filho. Mas o INSS apelou da decisão, insistindo na ilegalidade do pedido.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

STF suspende lei que proibia ensino sobre gênero nas escolas do Paraná

Para Barroso, norma é inconstitucional e perpetua estigmas e preconceito

BRASÍLIA — A controvérsia em torno da chamada "ideologia de gênero" ganhou um novo e importante capítulo nos tribunais. Uma decisão ainda inédita do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso obtida pelo GLOBO suspendeu lei de Paranaguá (PR) que proíbe informações sobre gênero e orientação sexual nas escolas mantidas pela prefeitura do município paranaense e até mesmo a utilização de tais termos.

A decisão em caráter liminar, que precisa passar pelo plenário do Supremo, representa uma vitória da Procuradoria-Geral da República (PGR) que, somente no último mês, protocolou sete ações na Corte, incluindo a de Paranaguá, contra leis municipais que vetam conteúdos relacionados à sexualidade e gênero nas escolas.

Na decisão, Barroso afirma que a lei de Paranaguá é inconstitucional porque somente a União teria competência para legislar sobre diretrizes educacionais e normas gerais de ensino. Mas também pelo fato de, ao impedir o acesso a conteúdo sobre uma dimensão fundamental da experiência humana e para a vida em sociedade, viola o princípio constitucional da proteção integral da criança e do adolescente.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Veja o Acórdão na Íntegra: [clique aqui](#)

Editora Abril deve indenizar atriz Isis Valverde por divulgação não autorizada de fotos na Playboy

A atriz Isis Valverde deverá ser indenizada pela Editora Abril por danos morais, no valor de R\$ 40 mil, e por danos materiais, a serem apurados em liquidação, por ter fotografia divulgada na revista *Playboy* sem a sua autorização. A decisão unânime foi da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob a relatoria do ministro Luis Felipe Salomão.

Conforme os autos, em abril de 2007, a *Playboy* publicou fotografia feita no momento em que a atriz atuava em cena da novela Paraíso Tropical, exibida pela TV Globo. Na cena, a atriz, que estava vestida, caía dos arcos da Lapa, momento em que seus seios apareceram involuntariamente e foram flagrados pela câmera de um fotógrafo.

A fotografia foi publicada em uma coluna da revista com a seguinte chamada: “Isis Valverde, no Rio, dá adeusinho e deixa escapar cartão de boas-vindas. ”

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro confirmou a decisão do juízo de primeiro grau que condenou a Editora Abril ao pagamento de R\$ 40 mil por danos morais, além de danos materiais em valor a ser apurado em liquidação, correspondente à remuneração da artista calculada com base em sua projeção profissional à época.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Veja o Acórdão na Íntegra: [clique aqui](#)

Mantida decisão que condena homem a pagar indenização de R\$ 10 mil por divulgar vídeo íntimo

Rapaz divulgou mensagens instantâneas em aplicativo, insistindo que a protagonista do vídeo era a autora da ação, mesmo com os demais integrantes do grupo afirmando o contrário.

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) manteve a sentença de primeira instância que condenou um cidadão a pagar uma indenização de danos morais no valor R\$ 10 mil a uma mulher por ter divulgado, em um grupo de aplicativo de mensagens instantâneas, um vídeo íntimo, afirmando ser a autora da ação a protagonista.

Além de fazer essas afirmações, o apelante lançou fotos de uma rede social da mulher para convencer os demais integrantes do grupo que o vídeo era da mesma. Entretanto, estes afirmaram que a pessoa que aparecia no vídeo não era a mesma das fotos da rede social.

Segundo os autos, o rapaz alegou não ter enviado ao grupo o referido vídeo e destacou que não há dano moral, uma vez que tais comentários proferidos pelo mesmo apenas gerou meros aborrecimentos à apelada.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Veja o Acórdão na Íntegra: [clique aqui](#)

Legislativo em Foco

Câmara aprova registro de violência contra a mulher em prontuário médico

A anotação deverá ocorrer se o profissional identificar sinais ou suspeitar da prática de violência contra a mulher.

Os deputados aprovaram o projeto de lei que obriga os profissionais de saúde a registrarem nos prontuários de atendimento médico os indícios de violência contra a mulher. A medida tem como objetivo melhorar a apuração de dados sobre violência de gênero, além da prevenção e apuração da infração penal. De autoria da deputada Renata Abreu (Pode-SP), o texto segue agora para a apreciação e votação no Senado.

A anotação deverá ocorrer se o profissional identificar sinais ou suspeitar da prática de violência contra a mulher. Ele também terá de notificar a direção da instituição de saúde onde ocorreu o atendimento. A direção terá 24 horas para comunicar o fato às autoridades policiais para as providências cabíveis. No entanto, o texto aprovado não prevê sanção administrativa caso o profissional ou a instituição não façam a comunicação.

O texto indica ainda que as autoridades policiais deverão informar à Secretaria de Segurança Pública sobre os casos de violência contra a mulher de que tiverem conhecimento, para fins de estatística. Se o projeto for aprovado pelo Senado, as novas normas serão incluídas na Lei Maria da Penha (11.340/06).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Veja o Projeto de Lei na Íntegra: [clique aqui](#)

PEC contra aborto usa argumento científico falso

Magno Malta (PR-ES) diz que a ciência comprovou que a vida começa na concepção, mas especialistas contestam parlamentar

O senador Magno Malta (PR-ES), que defende que a vida começa na concepção.

“Os enormes avanços na ciência registrados nos últimos 20 anos na fetologia e na embriologia, com o conhecimento do nosso DNA, vieram ressaltar a concepção como o único momento em que é possível identificar o início da vida humana.” – Magno Malta (PR-ES), senador, no [texto de justificativa da PEC 29/2015](#).

Em 2015, o senador Magno Malta (PR-ES), integrante da bancada evangélica, apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 29, com o objetivo de garantir a inviolabilidade do direito à vida “desde a concepção”. Para isso, o texto propõe a alteração do artigo 5º da Carta. Como a Constituição se sobrepõe às demais leis brasileiras, a PEC, na prática, tornaria proibido o aborto em qualquer circunstância, inclusive naquelas em que o procedimento é legalmente permitido – gravidez decorrente de estupro, risco de vida à mãe e anencefalia do feto.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Políticas Públicas

O relatório “Um dia vou te matar” é resultado da documentação in loco de 31 casos de violência doméstica em Roraima e em entrevistas com autoridades.

HRW aponta falha na investigação e arquivamento de denúncias de violência. Taxa de feminicídios cresceu 139% em 5 anos e já é quase três vezes maior que a nacional

“Um dia eu vou te matar. Pode passar 10, 15 anos, mas eu ainda vou te matar”. Durante mais de uma década, a professora T. C., de 39 anos, viveu sofrendo violência física e verbal e ameaças como essa do ex-marido. “Ele também me chutava e agredia, mas a maior agressão sempre foi a violência psicológica e a perseguição”, conta. As agressões tiveram início em 2005, quando o filho do casal nasceu e eles iniciaram os processos para adotar uma segunda criança. “Ele [o ex-marido] começou a beber e foi ficando cada vez mais violento”, conta T., que suportou calada as agressões até concluído o processo de adoção da filha, em 2009. Assim que isso aconteceu, ela se separou do marido. E aí, passou a ser perseguida e as agressões de casa extrapolaram para as ruas e até o ambiente de trabalho. “Ele vinha na minha escola, armado”, conta. “Me ameaçava no telefone, batendo o revólver no telefone para eu escutar, ia atrás de mim em todos os lugares onde eu estava”.

Foi somente em 2011 que T. criou coragem para ir até uma delegacia e prestar queixa contra toda a violência que vinha sofrendo. Moradora de Boa Vista, capital de Roraima, ela buscou então a delegacia da mulher da cidade. Chegando lá, virou outra estatística: a das mulheres, vítimas de violência, e mal atendidas mesmo no local que deveria ser especializado nesse tipo de crime. “Na delegacia da mulher me perguntaram o que eu tinha feito para gerar aquele comportamento nele”, conta. “Você é culpado pela atitude do outro como se você tivesse provocado aquela situação”. De lá para cá, ela diz ter registrado mais de 15 boletins de ocorrência contra o ex-marido por violência e ameaças.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

DataSenado: mulheres reconhecem mais a violência doméstica, mas faltam serviços e informações sobre direitos

Dados indicam necessidade de maior efetivação e divulgação dos aspectos de proteção, prevenção e acesso a direitos para as mulheres, garantidos pela Lei Maria da Penha, mas cuja implementação pelos poderes públicos segue muito aquém do necessário.

A pesquisa DataSenado sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil, divulgada no dia (07/06), revela aumento no número de mulheres que declaram ter sofrido algum tipo de violência doméstica: o percentual passou de 18%, em 2015, para 29%, em 2017.

Houve crescimento também no percentual de mulheres que disseram conhecer alguma mulher que já sofreu violência doméstica ou familiar praticada por um homem: o índice saltou de 56%, em 2015, para 71%, em 2017. Para 69% das entrevistadas, o Brasil é muito machista. São dados que indicam a necessidade de

ampla efetivação da Lei Maria da Penha, em especial nos seus aspectos preventivos, que indicam caminhos para promover relações sociais e serviços públicos menos discriminatórios e violentos.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Bazar das Poderosas, sob medida para as mulheres trans

Mulheres em situação de vulnerabilidade poderão trabalhar ou “fazer compras” em iniciativa criada por grupo de amigos

É uma manhã, quase tarde, de junho de 2016 e faz frio em São Paulo. Pessoas se aglomeram na porta de um estabelecimento, mas a entrada é organizada por grupos de poucas pessoas para evitar tumultos durante as compras. O público é formado, em sua maioria, por mulheres trans, e seus companheiros. Diferentemente de outras lojas, nesta os clientes ganham dinheiro antes de começar a escolher as peças. Mas o dinheiro distribuído não é o real. É outra moeda, chamada “poder”, que tem validade apenas dentro daquelas paredes. Ao invés de animais ou personagens históricos, as cédulas de poder têm figuras como Nany People, Laerte Coutinho e João Nery, nomes que compõem a história LGBT brasileira.

Essa loja incomum, que só abre uma vez por ano, é o “Bazar das Poderosas”, idealizado pela jornalista e empreendedora Cinthia Gomes. A vontade de criar o bazar surgiu enquanto ela conversava com Rafaela, uma mulher trans que lhe parou na rua para pedir dinheiro. Acabaram conversando e a situação de sua interlocutora lhe despertou solidariedade. Se a pobreza já é cruel, para alguém que nada contra o senso comum na questão de gênero é pior ainda. “Quando Rafaela me contou

sua história de vida, percebi que as dificuldades pelas quais ela estava passando eram o resultado de vários processos de exclusão que se originavam na não aceitação dela como ela era. E que isso era comum entre pessoas transexuais”, lembra Cinthia.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Panorama Internacional

Mulher processa recrutador após receber 'nude' pelo LinkedIn

Em ação judicial em Los Angeles, uma profissional de nível médio da indústria financeira identificada apenas como "Fulana de Tal" alegou que uma conversa sobre recrutamento realizada pelo LinkedIn ganhou contornos inadequados quando ela recebeu mensagens com teor sexual de um executivo bancário que estava usando sua conta corporativa e vinha tentando contratá-la. Uma das mensagens incluiu uma fotografia de seu órgão genital.

As mulheres reclamam há tempos de condutas desagradáveis no LinkedIn, mas no processo aberto no tribunal estadual da Califórnia (pelo escritório de advocacia do advogado-celebridade Mark Geragos), Fulana argumenta que o empregador é responsável pelo comportamento do funcionário na plataforma. O LinkedIn é uma extensão do ambiente de trabalho, equivalente a comparecer ao escritório ou participar de um evento de networking corporativo, segundo a tese apresentada no processo. Assim como não se deve flertar em uma teleconferência, não se deve fazê-lo no LinkedIn. Se o fizer, você e sua empresa podem pagar por isso.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Argentina se mobiliza por Higuí, lésbica presa por matar o homem que tentou estuprá-la

Ela é acusada de homicídio, enquanto a defesa alega que é uma vítima de violência de gênero

Eva Analía de Jesús, *Higuí*, saía da casa de amigos quando, no corredor do edifício, foi atacada por três homens. “Vou fazer você se sentir mulher, forra (estúpida), lésbica”, disse um deles na noite de 16 de outubro de 2016 no bairro de San Miguel, em Buenos Aires, segundo seu depoimento ao juiz. Higuí afirma que começaram a bater nela, com um soco a jogaram no chão e rasgaram sua calça. Segundo sua versão, quando um dos agressores caiu sobre ela para penetrá-la, Higuí tirou uma faca que tinha escondida no sutiã e cravou em seu peito. Foi uma punhalada fatal. Cristian Rubén Espósito não passou dessa noite. Higuí, de 43 anos, está em prisão preventiva desde então, acusada de homicídio pela Promotoria. Suas advogadas alegam que é uma vítima de violência de gênero que agiu em legítima defesa diante de um estupro ‘corretivo’.

Foi realizada nova audiência para pedir sua libertação nos tribunais de San Martín. Os juízes têm cinco dias úteis para responder ao pedido. Enquanto a advogada de defesa falava, dezenas de pessoas se concentraram nas portas do edifício para exigir que a acusada fique livre até a realização do julgamento. Há cinco dias, o apoio popular à acusada foi enorme. “Liberdade para Higuí. Atacada por ser lésbica, presa por se defender”, lia-se em vários cartazes na última mobilização argentina contra os feminicídios sob o lema *Nem Uma a Menos*, que percorreu as ruas de Buenos Aires no sábado, dia 4. Sua libertação também foi uma das exigências negociadas entre as organizações que convocaram a manifestação e incluída no documento final lido na Plaza de Mayo. Inclusive o ex-jogador colombiano René Higuíta, a quem Higuí deve seu apelido, saiu em sua defesa nas redes sociais.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Na Somália, nova lei pode finalmente dar uma voz às sobreviventes de estupro

O estupro é pouco denunciado na Somália, e os estupradores raramente são levados à justiça.

MOGADÍCIO, SOMÁLIA – Se soubesse então o que sabe hoje, Zeynab Bile Abdinoor teria feito diferente.

Ela teria procurado mais testemunhas.

Teria perguntado sobre o leite com sabor estranho que as meninas contaram que lhes foi dado.

Não teria perguntado diretamente a elas: "Vocês foram violentadas?"

Teria deixado as meninas falar mais.

Advogada somali na casa dos 20 anos, Abdinoor recentemente trabalhou em um processo que a fez perceber que sabia muito pouco sobre como entrevistar sobreviventes de estupro – e que destacou as limitações enormes das leis somalis sobre agressão sexual. Suas clientes eram duas meninas, de 12 e 14 anos. Elas disseram que foram arrancadas à força de um casamento em Mogadício em novembro de 2016 e levadas para o mato, onde durante dois dias e duas noites foram estupradas por pelo menos dois rapazes.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Empresas fazem pacto para acabar com estereótipos de mulheres na publicidade

Objetivo é que medida gere mudanças culturais positivas na sociedade

LONDRES - Alguns dos maiores anunciantes do mundo uniram forças à ONU para banir estereótipos de gêneros de anúncios. O grupo, que inclui Facebook, Google, Mars, Microsoft e a gigante publicitária WPP, lançou a Unstereotype Alliance para combater “a generalizada prevalência de estereótipos que são frequentemente perpetuados por meio da publicidade”.

O objetivo é causar mudanças culturais positivas ao usar os anúncios para espalhar "retratos realistas e não tendenciosos sobre mulheres e homens".

— Estereótipos refletem ideias com raízes profundas sobre feminilidade e masculinidade — destacou Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora executiva da ONU Mulheres, antes do evento inaugural do grupo em Cannes.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Madri lança campanha para homens 'fecharem as pernas' no transporte público

A capital da Espanha, Madri, lançou uma campanha pedindo que os homens fechem as pernas ao viajarem sentados no transporte público.

A EMT, empresa municipal de transportes da cidade, espalhou placas com a figura de um homem sentado, com as pernas abertas, ao lado de um grande X vermelho.

A mesma campanha foi feita no sistema de metrô.

A iniciativa ocorre depois de uma petição virtual criada por um grupo de apoio a mulheres com mais de 12 mil assinaturas.

Outras cidades já tomaram medidas semelhantes.

Por meio de um comunicado, a EMT disse que o objetivo das novas placas era lembrar os passageiros do sexo masculino sobre "a necessidade de manter o comportamento cívico e respeitar o espaço de todos a bordo do ônibus".

O grupo Mujeres en Lucha (Mulheres em Luta, em português) disse na petição virtual que não era incomum no transporte público ver mulheres "com suas pernas fechadas e muito desconfortáveis por causa de um homem sentado a seu lado e invadindo seu espaço".

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Argentina aprova lei que tira guarda de filhos de feminicidas

Atualmente, genitor pode ficar com guarda dos filhos caso cometa crime contra mãe das crianças.

O Congresso argentino aprovou uma lei que suspende a responsabilidade parental dos feminicidas, assim como aos responsáveis por crimes de lesões gravíssimas e de abuso sexual contra filhos e filhas.

A lei, que já tinha sido aprovada pela Câmara dos Deputados, teve um parecer positivo dos 47 senados presentes.

A iniciativa prevê a mesma sanção para mulheres que assassinaram os seus parceiros, exceto quando o caso for de legítima defesa ou por ter sido vítima de violência de gênero.

Segundo o projeto, a guarda dos filhos será suspensa de maneira automática quando alguém for processado por feminicídio. O direito será devolvido após cumprir a condenação dada.

Atualmente, no caso de a guarda ser compartilhada entre a mãe e o pai, os filhos ficam sob tutela do pai, caso este cometa um crime contra a mãe das crianças.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Panorama Nacional

Em dois anos, Lei do Femicídio pune apenas uma pessoa na Bahia

"Nós, mulheres, fomos criadas para ser submissas, isso é inadmissível", diz a coordenadora da Mulher do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) Nágila Brito

Passados mais de dois anos desde a instauração da Lei do Femicídio no Brasil, o estado da Bahia registra apenas uma condenação, que prevê a violência de gênero como agravante. O caso ocorreu há cerca de uma semana, quando o Tribunal do Júri de Salvador condenou Rubervaldo Soares dos Santos Júnior a 20 anos, nove meses e 22 dias de prisão, em regime fechado, pelo assassinato da companheira, que estava grávida dele.

À pena estão somados cinco anos de prisão, porque, segundo o Ministério Público da Bahia (MPE), o crime foi praticado “contra **mulher** por razões da condição de sexo feminino” e, além disso, o assassinato ocasionou aborto, considerado crime nas leis brasileiras.

Para a desembargadora e coordenadora da Mulher do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), Nágila Brito, a demora para esse tipo de condenação ocorre porque os crimes que envolvem qualquer atentado à vida “exigem mais cuidado e passam por muitos trâmites”. Além disso, ela destaca o fato de as defesas dos acusados recorrerem até a última instância, como forma de ganhar tempo e adiar o julgamento.

“Tudo se recorre nesse país, porque são muitas instâncias, porque [a defesa] ganha tempo, atrasa e se esquece o abalo do crime. O júri vai muito no emocional [durante o julgamento], a população se revolta. Quanto mais demora para isso ocorrer, a tendência é que a sentença seja amenizada”, observa a desembargadora, que destaca a importância de considerar o machismo em qualquer tipo de violência contra a mulher, mesmo que a Justiça “seja cega”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Principal causa de morte de mulheres de 15 a 19 anos são complicações na gravidez

Abortos inseguros são apontados como um dos fatores, de acordo com relatório da Organização Mundial de Saúde.

A principal causa de morte de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 19 anos são complicações na gravidez, como hemorragia, sepse (infecção generalizada), parto obstruído e complicações decorrentes de abortos inseguros. Os dados são de [relatório](#) sobre a saúde dos jovens publicado nesta terça-feira (16) pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Já entre meninas de 10 a 14 anos, a principal causa de morte são infecções das vias respiratórias, como pneumonia, muitas vezes resultado da poluição por cozinhar com combustíveis sujos.

Nas duas faixas etárias, tais doenças foram responsáveis por 36,6 mil mortes. Suicídio e mortes acidentais por autoagressão ficam em segundo lugar, com 32,4 mil registros. Em seguida, doenças diarreicas (32,2 mil), complicações devido ao parto (28,8 mil) e acidentes automobilísticos (26,7 mil).

Elas são parte dos **1,2 milhões de mortes de adolescentes evitáveis por ano**. O número equivale a três mil mortes por dia.

Os dados são de 2015. De acordo com a OMS, naquele ano, mais de dois terços dos óbitos foram registrados em países com renda média e baixa na África e no Sudeste Asiático.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mãe de bebê que morreu diz que médico agiu com violência durante o parto: 'Arrasada'

Filha de Rosa Maria Pires, de 27 anos, passou 5 dias na UTI e morreu. O médico foi afastado e o caso está sendo investigado pela polícia.

A Dona de casa Rosa Maria Martins Pires, de 27 anos, mãe de um bebê que morreu cinco dias após o parto, disse que o médico Jarbes Balieiro Damasceno agiu com grosseria e a ofendeu durante o procedimento. O parto normal foi realizado no dia 29 de maio, no Hospital São Luís, em Cáceres, a 220 km de Cuiabá. O marido da paciente, Roni William Cuiabano do Couto, denunciou o médico à polícia por violência obstétrica e um inquérito foi aberto pela polícia para investigar o caso.

O médico alegou ter feito os procedimentos adequados para o caso e negou que a paciente tenha pedido para realizar cesariana. Porém, disse ter dado medicamentos para induzir o parto normal. Ele afirmou que o ultrassom indicava que havia pouco líquido amniótico e, por isso, decidiu dar um medicamento à paciente para ajudar no parto. Segundo ele, não existia a possibilidade de fazer cesariana.

Segundo a paciente, o momento que era para ser de alegria se tornou um pesadelo. "Me sinto arrasada, não tem explicação para o que sinto nesse momento", disse a paciente.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Estudantes ainda têm receio de denunciar assédio sexual sofrido em universidades

Apesar de atos, campanhas e muita luta contra o assédio sexual, ele ainda faz parte da vida das mulheres. De acordo com pesquisa realizada pelo Think Olga em agosto de 2013, 99% das 7.762 mulheres que responderam ao questionário revelaram já terem sido assediadas.

A Lei 10.224/2001 define o assédio sexual como "o ato de constranger alguém com o intuito de obter vantagem sexual", prevalecendo-se de condição de superior hierárquico ou ascendência "inerentes ao emprego, cargo ou função", o que pode ocorrer na rua, no trabalho, na escola, em casa e nas universidades. Infelizmente, o ambiente acadêmico não é um porto seguro para as mulheres.

Engana-se quem pensa que o assédio vem apenas de outros alunos - não é difícil encontrar estudantes que já foram assediadas sexualmente por professores e funcionários das instituições em que estudam.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Carga mental: psiquiatra reflete sobre peso da rotina feminina

Especialista explica por que as mulheres se sentem mais exaustas do que os homens, mesmo quando parece haver divisão de tarefas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Por que mulheres pagam mais caro em produtos? Entenda a 'taxa rosa' por trás dos preços

Ir às compras é um hábito que tem pesado mais no bolso das mulheres do que dos homens. Isso porque os produtos destinados ao público feminino tendem a ser, em média, 12,3% mais caros, mesmo que sejam idênticos aqueles feitos para o público masculino, segundo a pesquisa “Taxa Rosa e a Construção do Gênero Feminino no Consumo”. Essa tendência de encarecer os produtos “rosa” no Brasil foi constatada pelo professor Fábio Mariano Borges, da ESPM, nesta pesquisa inspirada no estudo realizado pelo DCA (Department of Consumer Affairs), de Nova York, que confirmou a presença da chamada *pink tax* em produtos nos Estados Unidos.

Segundo a pesquisa brasileira, há categorias em que a diferença é ainda mais visível, chegando a subir para 17% em vestuário adulto, 23% no vestuário infantil, 23% em cortes de cabelo e 26% em brinquedos.

Pagando mais caro desde a infância

A publicitária Samantha Gravena, de 42 anos, é mãe dos gêmeos Melissa e Theo. Ela conta que, quando eles eram bebês, não costumava comprar produtos específicos para menino ou para menina. Mas conforme foram crescendo, eles mesmos começaram a escolher que cada um queria.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Só há duas indicações absolutas de cesárea, diz médico da Federação de Obstetrícia

Falta de dilatação, cordão umbilical enrolado no pescoço, cesárea anterior, bacia estreita, nenhum desses motivos é considerado, pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, como justificativos reais de cirurgia cesariana. De acordo com o Dr. James Cadidé, da Comissão de Parto da Febrasgo, só existem duas indicações absolutas: a desproporção céfalo-pélvica e a apresentação prévia da placenta.

A desproporção ocorre quando a ossatura da bacia da mãe é incompatível com a da cabeça do bebê. Isso acontece em casos de mães que possuem alguma deformidade ou desalinho nos ossos, por conta de um acidente ou deficiência física. Ou em casos em que o bebê tem a cabeça maior que o normal, devido a problemas de saúde como hidrocefalia ou diabetes.

No caso da apresentação prévia da placenta, o parto normal não acontece devido à oclusão da passagem do bebê. Os dois casos são considerados de baixa incidência.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Trabalho doméstico não remunerado vale 11% do PIB no Brasil

Projeto de lei pretende mensurar a riqueza gerada pelas atividades não remuneradas e dar visibilidade a um trabalho feito essencialmente por mulheres

A proposta de reforma da Previdência estabelece 62 anos como idade mínima para que mulheres possam se aposentar e 65 anos para os homens. Apesar da diferença, especialistas em gênero e participação da mulher no mundo do trabalho afirmam que o cálculo exclui as horas diárias que mulheres trabalham a mais que os homens e colabora para invisibilizar ainda mais o trabalho doméstico não remunerado.

A chamada “economia do cuidado” é o conjunto de atividades não remuneradas, geralmente exercidas por mulheres, como a limpeza da casa, preparação de alimentos e os cuidados com crianças, idosos e doentes da família. Um pacote que vale 11% do PIB atual segundo os cálculos da pesquisadora Hildete Pereira de Melo, professora de economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet). Em valores, foram cerca de 634,3 bilhões de reais em 2015, último dado disponível.

A pesquisadora iniciou seus estudos sobre invisibilidade da mulher no mercado de trabalho em 1978 e, desde 2001, ela e sua equipe utilizam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para calcular quanto vale o trabalho doméstico não remunerado. Contabilizar o valor dos afazeres domésticos no PIB do Brasil só se tornou possível a partir de 2001, quando o IBGE introduziu na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) a pergunta referente ao número de horas despendido pela população para executar essas atividades.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Maioria da população discorda da prisão de mulheres que recorrem ao aborto

A população brasileira não deseja que sejam encarceradas as mulheres que recorrem ao aborto. É o que aponta a pesquisa realizada pelas Católicas pelo Direito de Decidir e o Ibope Inteligência: 64% da população brasileira discorda total ou parcialmente dessa ideia. A pesquisa foi realizada em fevereiro deste ano e já teve uma primeira parte divulgada.

Em tempos de desmonte da nossa jovem democracia, a luta das mulheres contra os fundamentalismos é ainda mais urgente. Comunidades de fé em várias partes do Brasil denunciam políticos que dizem agir em nome de Deus. Além disso, os projetos de lei e de emendas constitucionais que atacam a autonomia das mulheres não refletem o pensamento da maioria da população.

Nesse sentido, a PEC 29/2015 é mais um exemplo de como a bancada fundamentalista se utiliza de discursos pseudocientíficos para controlar e destruir a autonomia de milhares de mulheres brasileiras.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres em Movimento

“Ficou grávida porque quis”: depois de tanto ouvir isso, mães solo mandam a real sobre padecer “no paraíso”

Documentário "Eu Quero Ouvir Maria" conta histórias de mulheres periféricas que cuidam sozinhas dos filhos, apesar das críticas de uma sociedade patriarcal que isenta os pais de suas responsabilidades

Você, mulher, como é ficar responsável por toda a criação de seus filhos? Você, homem, se ausenta nesses momentos?

E você, que não tem filhos e teoricamente não tem nada a ver com isso, já se perguntou o que leva uma mãe com criança de colo a pegar transporte coletivo tarde da noite? Ou como ela faz para trabalhar, estudar e manter uma vida social?

Com um documentário e a publicação de um livro, o projeto “Eu Quero Ouvir Maria: Relatos de uma maternidade solo” se propôs a ouvir o que essas mulheres que cuidam sozinhas dos filhos têm a falar, sem santificar ou crucificar, desmistificando o heroísmo da figura materna e devolvendo a humanidade que muitas vezes lhe é retirada. Em março, quando vídeo e livro foram lançados, o Periferia em Movimento fez uma entrevista com Cristiane Rosa, mãe solo da Maria Eduarda (no vídeo), doula, educadora e idealizadora do projeto.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

“Eu sobrevivi” — a história da 1ª advogada trans a falar no STF

A advogada Gisele Alessandra Schmidt e Silva fez história ao se tornar a 1ª transgênero a defender uma causa perante o STF

São Paulo – Há pouco mais de uma semana, no dia 7 de junho, a advogada Gisele Alessandra Schmidt e Silva entrou para a história do Supremo Tribunal Federal (**STF**) ao se tornar a primeira mulher transexual a fazer uma sustentação oral perante os ministros da mais alta corte do país.

Passando por cima do preconceito e da cruel realidade das pessoas que nascem com um sexo, mas se identificam com o oposto, a advogada paranaense subiu à tribuna da corte, em nome da Ong. Dignidade, para defender o direito de transexuais mudarem o nome e o sexo no registro civil sem a necessidade de realizar uma cirurgia de “transgenitalização”.

Para ela, o fato de o país liderar o ranking de mortes de transexuais no mundo e ter uma das menores expectativas de vida para pessoas trans (em média elas morrem aos 35 anos) diz muito sobre a omissão do Estado na proteção dessa parcela da população.

No julgamento, Gisele disse ser uma sobrevivente de uma realidade em que a maioria dos travestis morrem apedrejados e a pauladas. Sua fala fez referência ao brutal assassinato de Dandara Santos, de 42 anos, em março deste ano no Ceará.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Julho das Pretas: abertura das atividades para o #25DeJulho

A Marcha das Mulheres Negras de São Paulo e a Aparelha Luzia convidam para a abertura das atividades do ‘Julho das Pretas’, um ciclo de eventos para a construção da Marcha do #25deJulho, marco internacional da luta e resistência da mulher negra contra a opressão de gênero e o racismo, e ainda, o Dia Nacional de Tereza de Benguela.

Essa noite de abertura e festa terá um precioso encontro de pretas mulheres na música e na dança.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

"As mulheres são invisibilizadas no movimento LGBT", afirmam militantes

Um dia antes da Parada LGBT, São Paulo sedia a 15ª Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais

A sigla LGBT diz respeito a Lésbicas, Gays, Bissexuais e à população T (pessoas trans, travestis, etc.) O problema é que o movimento que prega a aceitação da diversidade reproduz paradigmas da nossa sociedade, como o machismo. Assim, mulheres lésbicas e bissexuais afirmam serem invisibilizadas pelo grupo e, por isso, decidiram criar a Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, cuja edição deste ano ocorre no próximo sábado (17), na cidade de São Paulo.

Na 15ª edição da mobilização, o tema é "Luanas e Katianes. Quantas mais? Resistiremos!", em homenagem a Luana Barbosa dos Reis e Katiane Campos, duas mulheres brasileiras que foram brutalmente assassinadas, vítimas de lesbofobia e racismo no último ano.

Criada em 2003, a Caminhada é um espaço destinado às questões da mulher. "As pautas que as mulheres levavam não eram acolhidas com respeito [pela Parada LGBT]", afirma Fernanda Gomes, militante da Coletiva Luana Barbosa e uma das organizadoras do evento. A ideia surgiu tomando como referência algumas caminhadas que ocorreram ao redor do mundo.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres em situação de rua na Cracolândia

Mulheres da Cracolândia - Cidadãs sem classe

"A sociedade quer o resultado deste projeto numa tabela. Não tem como. São pessoas. Cada um tem uma história."

Há um ano estive na antiga Cracolândia, em São Paulo, com intuito de falar sobre o cotidiano das mulheres na região. Neste artigo, relato encontros com quatro mulheres e conto a força de suas histórias.

Não há dados oficiais sobre o tamanho da população feminina que vive pelas ruas da Cracolândia. O que sabemos é que elas estão ali e são negligenciadas pelo poder público. Assim como acontece no sistema penitenciário, as necessidades das mulheres em situação de rua não são lembradas durante a compra de produtos de higiene e limpeza seja pelo estado ou pelo município.

As histórias abaixo foram coletadas antes da operação policial do último 21 de maio, em que a Polícia Militar invadiu a Cracolândia sob o comando do governo e prefeitura de São Paulo.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Dobra o número de mulheres na Cracolândia, diz pesquisa

Levantamento feito entre 2016 e 2017 com 139 dependentes químicos da região mostra que a área ocupada por usuários de crack aumentou mais de 50%.

O número de mulheres que frequentam a Cracolândia dobrou em um ano, informou pesquisa feita a pedido da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo, com especialistas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em consultoria com o Programa das Nações Unidas (Pnud), disponibilizada com exclusividade para o SP1. O levantamento, feito entre 2016 e 2017 com 139 dependentes químicos da região, mostra que a área ocupada por usuários de crack aumentou mais de 50%.

Em 2016, 16% dos dependentes eram mulheres. Neste ano, elas correspondem a 32% dos frequentadores. As mulheres são mais vulneráveis do que os homens na Cracolândia, segundo os pesquisadores da Unifesp.

Sobre este aumento, a psicóloga da Unifesp Clarice Madruga explica que provavelmente tenha ocorrido uma rotatividade dos homens. “Os homens entram, mas muitos deles conseguem sair, conseguem retomar, entrar em um tratamento e sair da Cracolândia. E as mulheres que chegam acabam ficando.”

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

O que está por trás do surpreendente aumento do número de mulheres na crackolândia

Frequentadoras da crackolândia em retratos da fotógrafa Adri Felden

Em novembro de 2016, a fotógrafa Adri Felden recebeu um convite da Prefeitura de São Paulo para realizar um trabalho voluntário na crackolândia: fazer retratos de dependentes químicas da região.

"Antes de aceitar, fui conhecer a crackolândia", conta Felden, de 50 anos, lembrando que a presença de meninas e mulheres na área, algumas delas grávidas, foi o que mais chamou sua atenção.

Segundo pesquisa divulgada neste mês pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado, a percepção de Adri está certa: o percentual de mulheres na crackolândia mais que dobrou em um ano: de 16% em 2016 para 34% em 2017.

Enquanto no ano passado 119 usuárias teriam circulado diariamente pela região que concentrou durante anos uma feira de drogas a céu aberto, neste ano a estimativa é de 642 mulheres.

O estudo mostrou que o tráfico está cada vez mais organizado na crackolândia e que traficantes têm privilegiado a cooptação de mulheres para consumo da droga e exploração. Outro ponto identificado foi a associação do tráfico na região à prostituição e ao abuso sexual de crianças, adolescentes e mulheres.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Opinião

A licença-maternidade não é apenas sobre ficar em casa, mas também sobre querer voltar

Não é "normal" que todas as futuras mães não queiram voltar a trabalhar depois de terem filhos.

No ambiente de trabalho, quando uma mulher decide ter filhos, a grande preocupação de todos ao redor dela é quase sempre a mesma: a retomada das suas funções em sua volta ao trabalho. Como ficará seu time e suas responsabilidades? E o desenvolvimento da sua carreira?

Via de regra, a maior parte assume que "ela não vai voltar", "ela agora precisará se focar nas crianças", "ela não vai mais ter tempo", "agora ela tem coisas mais importantes para se preocupar". Acredito que precisamos parar de olhar para as muitas razões pelas quais a mulher não voltaria para o ambiente de trabalho após ter filhos e focar no que nós deveríamos estar fazendo para que ela tenha vontade de voltar.

Cada gestação é diferente. Não existem regras e padrões. Nós, como líderes, não devemos rotular nossas profissionais. Entretanto, apesar de estar ciente disso, vejo que é comum às lideranças nas grandes corporações "protegerem" e conseqüentemente "diminuírem" suas profissionais grávidas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Dororidade

Um conceito nunca está pronto, definitivo e imutável. Não está descolado de seu tempo e, portanto, não é estático. Pelo contrário: pressupõe movimento, crítica e transformação. Conceitos são circulares e, até para eles, como se diz, a fila anda – surgem significados inesperados, aparecem outros discursos, despontam novas reflexões. Nunca são simples ou isolados, como define a filosofia. Todo conceito carrega elementos que, por sua vez, remetem a outros conceitos, e assim sucessivamente, num movimento circular e múltiplo.

É a partir dessas noções de conceito que proponho um novo. Estou inaugurando o conceito de dororidade – e divido aqui a história dessa construção.

Dororidade, como se pode presumir, faz referência à palavra sororidade, um dos pilares do movimento feminista. Numa definição muito abreviada, podemos dizer que sororidade significa a união de mulheres em várias instâncias da vida, do âmbito privado ao ativismo público. Ela abarca outros tantos significados – empatia, acolhimento e respeito às diferentes vozes femininas, entre outros.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

“Os homens avançam mais rápido na carreira porque não têm o trabalho doméstico nas costas”

Hildete Pereira de Melo é economista da Universidade Federal Fluminense e pesquisa há mais de 30 anos temas relacionados a gênero e trabalho. Quando questionada, tem na ponta da língua dados sobre a situação feminina no mercado brasileiro, mas também coleciona histórias que vão além dos números: é militante feminista desde a década de 70 e já perdeu as contas dos eventos em que participou, inclusive na vida política, em que só a voz masculina era ouvida. Em entrevista à Gênero e Número, a pesquisadora é assertiva ao dizer o que impede a mulher de ascender no mercado de trabalho: "Há um teto de vidro nas nossas cabeças. E ele se chama patriarcalismo."

GÊNERO E NÚMERO – As mulheres têm ocupado mais espaço no mercado de trabalho, inclusive em campos que antes eram hostis à participação feminina. Estamos caminhando para o fim da divisão sexual do trabalho?

Hildete Pereira de Melo – De uma maneira geral, a participação tem aumentado, mas permanecem as barreiras. As mudanças não são suficientes para criar a equidade. As mulheres conseguem fazer todas as coisas que os homens fazem, mas há uma dificuldade de os homens assumirem os nossos papéis. Há 40 ou 50 anos, éramos 20% do mercado, hoje somos em torno de 45% da média nacional da população ocupada nas áreas metropolitanas. Mas isso já está estacionário há mais de uma década. Não conseguimos igualar, temos hoje cerca de 40 milhões de mulheres em idade ativa que são apenas donas de casa. E o trabalho reprodutivo continua atrelado ao feminino.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Agenda Cultural

Livro: Criminologia Feminista – Carmen Hein de Campos

Descrição do produto

“O trabalho é fruto de uma reflexão teórica fundada em intensa imersão nas questões reais das mulheres brasileiras, o que proporcionou à autora confirmar a percepção do déficit das teorias criminológicas há muito tempo identificado por autoras inglesas e norte-americanas. Abre caminho para incrementar o incipiente estudo das teorias feministas nos cursos de Direito do Brasil e fomentar uma produção de conhecimento nacional. É, pois, um trabalho de grande valia para homens e mulheres que se preocupam com os sujeitos e o objeto da criminologia”. (Ela Wiecko de Castilho)

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Feira Mulheres Criativas - Memorial da América Latina

Em julho, dias 08 e 09, das 10h às 21h (sábado) e 10h às 20h (domingo) o Projeto Memorial Criativo estará com a exposição/evento de trabalhos de mulheres criativas (designers, fotografas artesãs, pintoras, estilistas e artistas em geral). O evento será não somente para exposição dos trabalhos criativos, mas também para venda aos visitantes.

O evento acontecerá na entrada do portão 08 (portão de entrada próximo ao metrô Palmeiras-Barra Funda), sob a área administrativa do Memorial da América Latina (área coberta), juntamente com os Festivais do Morango, Comida Alemã + Cerveja Artesanal.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Qual a importância de 'Úrsula', obra do Romantismo de que pouca gente ouviu falar Juliana Domingos de Lima

Escritora Maria Firmina dos Reis foi a primeira a retratar, na literatura brasileira, a escravidão do ponto de vista dos escravos.

Difícil de ser encontrado em livrarias, sebos e bibliotecas, o romance "Úrsula", de 1859, escrito por Maria Firmina dos Reis, está disponível para download no acervo da biblioteca pública maranhense Benedito Leite. A existência do arquivo em domínio público no acervo da biblioteca foi divulgada no dia 13 de junho por uma postagem da publicação especializada "Suplemento Pernambuco". O "Suplemento" ressalta que o livro é um dos primeiros de autoria feminina no país, o primeiro de autoria negra e, também, o primeiro escrito ficcional de cunho abolicionista. Contemporânea do escritor José de Alencar, autor dos romances indianistas "Iracema" e "O Guarani", Maria Firmina dos Reis não faz parte do currículo escolar de literatura brasileira. "Os compêndios não citam Maria Firmina dos Reis como a primeira romancista brasileira.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Faça o Download do Livro: [clique aqui](#)

Abordagem jurídica da violência obstétrica

Trabalho de Conclusão de Curso

Autoria

Leite, Júlia Campos

Resumo em Português

Na presente pesquisa, busquei desconstruir a ideia de que os casos de violência obstétrica sejam decorrentes de erros médicos e fornecer subsídios para um melhor enquadramento, pelos tribunais, dos casos de violação dos direitos humanos das mulheres. Para isso, minha proposta foi a realização de uma dogmática jurídica localizada. Além disso, realizei uma revisão bibliográfica referente à temática para que fosse possível entender a violência obstétrica como uma violência de gênero. Com o presente trabalho, foi possível perceber a necessidade de os tribunais encararem os casos de violência obstétrica como sendo situações de violação de direitos humanos das mulheres, tendo como marco normativo, por ora, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Convenção de Belém do Pará, ambas ratificadas pelo Brasil e, portanto, integrantes do ordenamento jurídico brasileiro.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Aconteceu _____

Ação Educativa disponibiliza livro “A ideologia do movimento Escola Sem Partido – 20 autores desmontam o discurso”

Desde 2014, o Escola Sem Partido tem ampliado sua visibilidade com a tramitação de projetos de lei tanto na Câmara dos Deputados, quanto em alguns estados e municípios.

O Projeto de Lei 867/2015, apresentado pelo deputado Izalci Lucas Ferreira (PSDB) e apensado ao PL 7180/2014, inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola Sem Partido”, que se justifica como uma “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”.

A coletânea “A ideologia do movimento Escola Sem Partido – 20 autores desmontam o discurso” reúne 18 artigos, inéditos e publicados em veículos da grande imprensa, que tematizam o movimento Escola Sem Partido e tem como foco a “desconstrução da ideologia do movimento que pretensamente combate as ideologias nas escolas”, conforme afirma Vera Masagão, coordenadora geral da Ação Educativa

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Entidade lança campanha sobre a “culpa” das roupas e o estupro

A campanha quer mostrar que casos de estupro nunca tiveram qualquer relação com a vítima ou com as roupas que usavam, mas sim com o próprio agressor

A cada 11 minutos uma **mulher** sofre abuso sexual no Brasil.

Tão assustador quanto este número são as razões atribuídas a este tipo de violência: 1 a cada 3 pessoas acredita que a culpa é da própria mulher e 30% da população responsabiliza os abusos, não ao estupro, mas às roupas curtas usadas pelas vítimas.

A Womanity Foundation, entidade internacional que busca a proteção à mulher por meio da educação, trabalho e igualdade entre gêneros, parte deste cenário, no mínimo estupefante, para questionar: se as roupas são realmente um convite à violência, como explicar ocorrências de estupro antes delas?

A campanha conta com três anúncios: hotpants, miniskirt e crop tops.

Nas peças são resgatados eventos que provam que os casos de estupro nunca tiveram qualquer relação com a vítima ou com as roupas que usavam, mas sim com o próprio agressor, deixando claro que o sexismo existe muito antes de qualquer coisa.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Parada do Orgulho LGBT lota Avenida Paulista e defende Estado laico

Quase 20 trios elétricos animam o público da 21ª Parada do Orgulho LGBT, na Avenida PaulistaRovena Rosa/Agência Brasil

A Avenida Paulista foi tomada na tarde deste domingo (18) por milhares de pessoas que acompanham a 21ª Parada do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros). Com o tema “Independente de nossas crenças, nenhuma religião é lei. Todas e todos por um Estado laico”, o evento começou por volta das 13h sob o comando da *drag queen* Tchaka, que do alto do primeiro trio elétrico convidou o público a fazer a contagem regressiva para o início da manifestação.

Em seguida a presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, Claudia Regina dos Santos Garcia, falou sobre a importância do tema da parada deste ano. "Todos vocês têm direito de voltar para casa sem enfrentar a homofobia, sem enfrentar desrespeito e nem agressão. Nada pode afetar o nosso direito de amar, o nosso direito de ser quem somos", disse.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

O **Boletim eletrônico do NUDEM: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher** destina-se à comunicação interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus parceiros. Produzido pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa. Para mais informações, contate nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br

Atenciosamente,

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)

Rua Boa Vista, nº 103, 4 º andar, Centro

Tel.: (11) 3101 0155 ramais 233

Cep:01014-001 São Paulo, SP

Home page: www.defensoria.sp.gov.br

E-mail: nucleo.mulher@defensoria.sp.def.br